

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

*À Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco
Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF*

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, os signatários desta missiva parabensam Vossa Excelência pela eleição para a presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, posição que recoloca Minas Gerais em condições de participar e contribuir efetivamente com os temas mais relevantes do cenário nacional.

Na oportunidade, queremos ainda manifestar nossa profunda preocupação com a iminente votação, e eventual aprovação, da Proposta de Emenda Constitucional 186/2019, chamada PEC Emergencial, incluída na pauta do dia 25.02.2021, no Plenário desse Senado Federal. A despeito da sensível mudança no texto original, com a retirada dos dispositivos de redução de salários e jornada de trabalho dos servidores, ocorrida após a visita de uma de nossas entidades a Vossa Excelência, e trazida pelo substitutivo apresentado pelo relator na data de ontem, 22.02.2021, o texto ainda reserva problemas importantes que merecem correção.

Em nosso entendimento, a dita proposta, nos moldes em que se encontra, não serve ao propósito que se apresenta, não contribuindo para o saneamento das contas públicas federal, estaduais e municipais, e tampouco representando alívio sobre a receita corrente líquida dos entes federados.

As entidades não olvidam da situação fiscal crítica experimentada por parte dos integrantes da Federação, contudo, em nossa concepção, o problema tem múltiplos fatores, que precisam ser atacados de forma conjunta, sendo que o arrocho aos gastos públicos, como proposto, não será capaz de recuperar as finanças estatais.

Contrariamente ao que afirma o Governo, a proposta, de fato, somente trará prejuízo inútil ao conjunto do funcionalismo público e da sociedade, em geral, na medida que congela vencimentos por prazo indeterminado, impede crescimento na carreira e impõe perdas irreparáveis ao poder de compras da categoria e ainda irá aprofundar o déficit na arrecadação, em razão da redução da atividade econômica, com grave repercussão negativa para a prestação de serviços ao conjunto da população, em especial, aos que mais dependem do serviço público amplo e gratuito.

Outro ponto crítico a ser destacado como extremamente prejudicial às políticas sociais é a possibilidade de desvinculação dos percentuais mínimos de investimento em educação e saúde, que são pilares do desenvolvimento de qualquer sociedade, e que

sofrerão considerável enfraquecimentos com o subfinanciamento que advirá de tal medida.

Por outro lado, Senhor Presidente, dada a complexidade e amplitude do tema, temos que a matéria carece de ampla discussão com os atores sociais interessados, entre os quais citamos as entidades de classe e os representantes dos usuários dos serviços públicos em geral, o que não vimos ocorrer no caso presente.

Ressalte-se também que a pandemia decorrente da contaminação pelo coronavírus SARS-COV-2 tem restringido significativamente a participação dos diversos grupos sociais nos espaços de discussão das políticas públicas de interesse geral, o que representa grande prejuízo ao debate e ao aperfeiçoamento de questões como a que se discute na PEC 186/2019, sendo que a sua aprovação nesse cenário, sem a devida consulta popular, poderia representar verdadeira e indevida restrição à participação da sociedade nos rumos da Nação.

Noutro giro, entendemos inoportuna a incorporação pela PEC e a votação conjunta dos dispositivos que permitem ao Governo Federal a concessão do Auxílio Emergencial. Isto porque o Auxílio é fundamental e urgente, encontrando pouca ou nenhuma resistência para sua aprovação no Congresso Nacional, uma vez que, para milhões de famílias brasileiras, pode significar a única forma de colocar comida em suas mesas e os parlamentares estão sensíveis a tal fato. Contudo, o benefício oferecido pelo Governo (auxílio emergencial) é temporário, enquanto as mudanças propostas pela PEC afetam de forma permanente a gestão pública e os prejuízos permanentes, carecendo, como dissemos, de aprofundamento das discussões e cuja aprovação deverá enfrentar dificuldades.

Assim, defendemos e rogamos a Vossa Excelência que os temas sejam tratados em momentos distintos, aprovando-se de imediato apenas o art. 3º do Substitutivo de Sua Excelência o Senador Márcio Bittar, reservando-se os demais itens para momento posterior, após ampla discussão com a sociedade.

Por fim, reafirmamos nossa preocupação e manifestamos nossa contrariedade com proposta de emenda em questão, nos moldes em que resta apresentada, tanto por entendermos que essa não surtirá os efeitos para os quais se propõe, quanto pelo prejuízo que trará à sociedade, em especial àqueles cidadãos mais vulneráveis que dependem integralmente da prestação de serviços públicos pelo Estado e são a maioria em nosso país, e pela ausência da sociedade civil organizada nas discussões da proposta.

Como dito anteriormente, não desconhecemos a necessidade de se adotar medidas de controle e de eficiência do gasto público, contudo, entendemos que a questão requer uma discussão ampliada, devendo abordar, por exemplo, e não somente, alternativas de arrecadação pelo Estado, incentivo à atividade produtiva, combate à sonegação e à evasão fiscal, fim de isenções tributárias, taxação de grandes fortunas, valorização dos serviços públicos e tantas outras.

Nesse sentido, estamos dispostos a somar esforços com essa Casa Legislativa e nos colocamos à disposição desse Parlamento para auxiliar na superação da crise arrecadatória e aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos, fim último da Proposta de

Emenda 186/2019. Para tanto, apelamos para que Vossa Excelência promova o desmembramento da proposta, votando exclusivamente o Auxílio Emergencial, e redefinindo o calendário de discussão e votação dos demais itens da PEC 186/2019, num ambiente de debates propositivos e construtivos com os diversos setores e segmentos da sociedade civil organizada, promovendo audiências públicas, ainda que virtuais, possibilitando que sejam aportadas ainda emendas ao texto original oriundas do debate social.

Despedimo-nos desejando a Vossa Excelência uma profícua gestão à frente da Casa do Povo, desejosos de que os anseios da sociedade em geral, e, dos cidadãos mais vulneráveis, em especial, voltem a encontrar vez e voz no Parlamento brasileiro.

Respeitosamente,

